

TÍTULO DO TRABALHO			
GREVE GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO: LUTA DE CLASSES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO MUNICÍPIO DO RIO (1988 - 1989)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Albano Luiz Francisco Teixeira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando em Educação
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
Busca-se, a partir de uma análise da conjuntura histórica nacional e mundial, entender o processo de greve geral dos servidores municipais da cidade do Rio de Janeiro em resposta às ações políticas dos governos municipais e investigar se os mesmos configuraram-se como precursores da política neoliberal no Rio de Janeiro e, em que medida, as ações de resistência dos trabalhadores do setor público conseguiram impedir ou frear esse processo.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Neoliberalismo, sindicato, profissionais da educação.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
This study is mainly aimed at analyzing the municipal employees of the city of Rio de Janeiro's process of general strike in response to the policies and actions of the municipal government. It will investigate whether the government in question can be viewed as a precursor to a neoliberal policy in Rio de Janeiro and, to what extent the actions of resistance of public sector workers succeeded in preventing the process.			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Neoliberalism, trade-union, public teachers.			
EIXO TEMÁTICO			
6- Educação, classe e luta de classes.			

GREVE GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO: LUTA DE CLASSES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO MUNICÍPIO DO RIO (1988- 1989)

O tema deste artigo parte de minha dissertação sobre a greve geral dos servidores municipais da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como a greve da “falência” do município do Rio de Janeiro, cuja duração foi de 162 dias - iniciada em 21 de setembro de 1988 (se considerarmos as assembleias específicas da educação e da saúde) e finalizada em 01 de março de 1989.

Este episódio da luta de classes requereu para sua análise que se destacasse tanto aquilo que na conjuntura dada era comum à realidade social, política e econômica de todo o país quanto o que tinha de particular e mesmo de peculiar ao município do Rio de Janeiro.

Podemos avaliar que o longo processo dessa luta permitiu detectar determinadas fases, nas quais percebemos o movimento dos servidores municipais combinado com as lutas de outras categorias, do âmbito local ao nacional; em momentos com mais disposição de luta e outros em que a própria categoria, através da fala de seus dirigentes e ativistas preservadas nos documentos, se lamuria da ausência de mais destacamentos da categoria e do isolamento do restante da classe.

Percebe-se que o período de início da greve coincidiu com o dos dissídios de várias categorias de peso nacional como os bancários e, combinado a estes processos corporativos, temos a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - a qual o Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE-RJ) recém tinha se filiado. Em seu momento mais combativo, a central convocou jornadas de lutas contra os sucessivos planos econômicos apresentados à sociedade como planos de combate à inflação baixados pelo governo José Sarney.

Imperialismo e neoliberalismo

Não é possível analisar os processos sociais no Brasil sem levar em consideração a totalidade concreta que o envolve; no caso, sua situação de país capitalista periférico e dependente e, portanto, submetido a influências advindas dos países imperialistas, seja de forma direta, seja de forma indireta.

Entendo, baseando-me tanto na argumentação “clássica” de Lênin quanto de outros autores mais recentes, que resgataram e atualizaram o conceito de imperialismo, que a doutrina neoliberal e sua implementação mundial retrata um “momento” da fase imperialista do modo de produção capitalista.

O avanço do sistema capitalista para essa nova fase deu-se no bojo de grandes transformações na sociedade capitalista, que tiveram como centro irradiador o que Hobsbawm denomina de núcleo de desenvolvimento capitalista mais antigo: a Europa central e do noroeste e algumas colônias ultramarinas (os ‘domínios’ ocupados pelas levas de imigrantes do norte da Europa) com franjas que se estendem para os EUA, e, por último, o Japão. (HOBSBAWM, 1988, p. 33)

Para Lênin, essa etapa representava “a fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 1984, p. 81). O caráter parasitário é que passa a definir o capitalismo, em função da hegemonia do capital financeiro e transforma o mundo “num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores” (LÊNIN, 1984, p. 92). E, por fim, o autor arremata o final com sua conclusão de que o imperialismo podia ser qualificado como um momento que tanto significava uma evolução deste modo de produção quanto sua fase declinante ou agonizante, que necessariamente não se esgota por si só, pois surge aí o elemento determinante da ação dos homens de “carne e osso”, que tanto reivindicava Marx, de forma consciente em ação política e social.

Se é que se pode considerar que no período da elaboração de Lênin as características por ele destacadas não estavam ainda tão nítidas na realidade (LÊNIN, 1984, p.81-82), podemos perceber que algumas características permaneceram e se acentuaram, com destaque para a “mundialização” do caráter financeiro do modo de produção capitalista e a contínua tendência a uma concentração do capital em um reduzido número de empresas.

A estas características combinaram-se outras como a ascensão dos Estados Unidos como a principal potência imperialista (o que não significa creditar nossas certezas na afirmação da existência de um *superimperialismo*), a extinção dos impérios coloniais e a expansão pelo mundo das empresas multinacionais e dos órgãos e agências internacionais (FMI, BIRD, BID, entre outros) como facilitadores da ação imperialista sobre a periferia do sistema.

Naquela conjuntura internacional das últimas décadas do século passado, marcada por um lado pela agonia do modelo keynesiano-fordista de acumulação, em especial a partir da crise do petróleo de 1973, e também do colapso da sociedade conhecida vulgarmente como o do “socialismo real”, já no final da década de 1980, o neoliberalismo¹ foi se constituindo no conjunto de ideias

¹ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. [...]. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna.’

Três anos depois, em 1947, [...] Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. [...] Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçoneria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.” (ANDERSON, 1995, p. 1-2)

dominantes junto à classe burguesa internacional, com a primazia da fração financeira, sua maior beneficiária.

Sem também querer neste momento tentar definir a real relação entre o neoliberalismo enquanto doutrina e modelo de gestão e o imperialismo, é inegável, a nosso ver, que toda a transformação que estava a ocorrer nos principais países do mundo já se fazia sentir por dentro de nossa sociedade, atuando naquilo que Harvey (*O Neoliberalismo: história e implicações*, 2008) tão bem explica como a construção de um “consentimento” perante a sociedade.

Segundo o mesmo a partir da década de 1970, nos países capitalistas avançados, os defensores de uma nova inflexão da ação do Estado buscaram avançar na constituição ou controle de uma série de órgãos e instituições da sociedade civil, na intervenção para a formação de uma nova capa de quadros técnicos e administrativos, os novos “intelectuais orgânicos” da burguesia, chegando ao final ao controle das chamadas agências internacionais, entre elas, o FMI.

Estes novos ideólogos do capitalismo buscavam convencer os principais setores burgueses e seus representantes da necessidade de adoção das medidas neoliberais e vender, particularmente aos setores mais alijados de qualquer tipo de proteção social, a proposta reacionária neoliberal como a solução de seus problemas. Cada vez mais, ao longo dos anos, o neoliberalismo foi apresentado como a única solução viável para os dilemas econômicos e sociais porque passava o planeta de conjunto.

Entenderemos que o processo de penetração das ideias neoliberais no Brasil teve, como caracterizava Fernandes (*Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*, 1975), um “movimento de fora para dentro” e de “dentro para fora”.

Ou seja, tanto se deu como uma forma de “pressão exterior” de ordem econômica e política quanto também foi absorvida por parte das elites políticas e intelectuais burguesas como aquelas que podiam garantir sua permanência enquanto classe dominante, ainda que com um grau maior de submissão ao capital internacional.

Segundo FILGUEIRAS (2006), já desde a década de 1970² existia uma discussão contra a intervenção do Estado na economia e uma defesa da redução da participação do mesmo na economia, em especial, em alguns setores (FILGUEIRAS, 2006, p. 182). Estava em jogo o destino do que Filgueiras chama de “moribundo” modelo de substituição de importações (MSI).

Deve-se chamar a atenção que este modelo de substituição de importações desde sua implantação na década de 1930 sofreu uma série de readequações ao longo das décadas, nas quais se redefiniu a relação entre o Estado, as frações da burguesia brasileira e a participação do capital

² Ele demarca o ano de 1974, não coincidentemente o ano que caracteriza também o início do esgotamento do período do “Milagre Econômico” promovido pelo regime civil-militar.

internacional em nossa economia. Diga-se de passagem que nunca houve, enquanto política governamental explícita, um veto incondicional a participação do capital estrangeiro em nossa economia, apesar de em nível de discurso tal temática tenha estado presente em vários momentos da história do país.

Em particular, estas redefinições do modelo tiveram como momentos de destaque o período entre 1955 a 1961, conhecido como o da implantação do nacional-desenvolvimentismo³, quando se estabeleceu o “tripé” da economia brasileira: capital estatal – produção de bens de produção; capital privado nacional – produção de bens de consumo e capital estrangeiro – produção de bens de consumo duráveis.

O outro momento de readaptação do modelo se deu durante o regime civil-militar, quando se deslocou o apoio das políticas governamentais para a grande empresa (nacional e estrangeira), em detrimento das de menor porte e estrutura técnica, a aplicação de uma política de forte compressão salarial e do esforço de produção do país para o mercado externo com vistas a obtenção de um equilíbrio nas contas do país⁴.

O marco para que as frações da classe dominante abrissem mão do MSI (modelo de substituição de importações) e passassem paulatinamente a se apropriar da doutrina neoliberal e elaborassem o seu projeto se deu a partir do fracasso do Plano Cruzado (1986-87) e dos demais planos que a ele se seguiram combinado aos embates na Assembleia Constituinte (1986-88).

Filgueiras chama a atenção para o fato de que durante o governo Sarney algumas iniciativas já haviam sido tomadas e que já havia uma forte massificação e propaganda da doutrina nos meios de comunicação de massa, contudo, segundo ele, havia por outro lado, uma forte resistência a mesma proveniente da ascensão dos movimentos sociais e sindical.

Para Filgueiras, a partir do governo Collor se inicia uma “Era Liberal”, que representou uma reconfiguração do bloco dominante e de sua fração hegemônica, fazendo parte desta fração:

³Em suma, podemos afirmar que a implantação do Plano de Metas desdobrou-se numa política econômica que se baseou em quatro peças-chave. A primeira, como vimos, consistiu no tratamento favorável à entrada dos capitais estrangeiros – sob a forma de investimentos ou empréstimos – necessários ao Programa. A segunda, residiu no aumento da intervenção direta do setor público na formação interna de capitais, fosse pela via da arrecadação tributária, fosse pelo financiamento inflacionário. A terceira grande vertente da política econômica do período repousou no esforço para canalizar recursos privados para áreas estratégicas, chegando o Estado a conceder empréstimos de longo prazo de amortização e taxas negativas de juros. Por fim, foi a busca de estabilidade de taxa de inflação a última grande linha econômica do período. (MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 1988, p. 53)

⁴Crescia a dependência da economia brasileira frente ao mercado internacional, pois as empresas multinacionais pressionavam as importações, comprando equipamentos no exterior, enquanto as remessas de lucros, o pagamento de direitos e assistência técnica enviados às matrizes contribuía para uma sangria de recursos contínua.

Para manter o equilíbrio entre importações e exportações, não alterando os padrões de acumulação, duas alternativas eram possíveis: acelerar as exportações – o que gerava divisas – ou tomar emprestado no exterior – o que constitui a longo prazo um crescente fluxo de saídas (Mantega e Moraes, 1979, p. 69) [...] Ambas foram implementadas. (MENDONÇA, Sonia Regina & FONTES, Virgínia Maria, *História do Brasil Recente 1964 – 1980*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1991, p.33).

o capital financeiro internacional –expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos-; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional) Todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante.

As demais frações do bloco dominante, situadas numa posição subordinada, são os grandes grupos econômicos, não financeirizados organicamente, e os grandes e médios capitais que tem uma maior especialização no processo de acumulação: agronegócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado externo e/ou interno. (FILGUEIRAS, 2006, p. 183-4)

O capital internacional buscou e busca utilizar instituições tais como o FMI como uma “cortina de fumaça” para melhor tentar implementar seus interesses no restante do mundo. Devemos nos lembrar de que na década de 1980 o Brasil está mergulhado numa crise econômica na qual se destacava o problema quanto à dívida externa e que os governos militares e em seguida o da Nova República buscaram auxílio neste órgão para tentar renegociar tais compromissos financeiros, conseguimos ter uma possível visão da totalidade.

Aqui, como no restante do continente latino-americano, o discurso neoliberal teve como fundamentos o ataque sistemático ao papel do Estado, denunciado como hipertrofiado e ineficiente, além de ser acusado de estar a serviços das “elites”, nas quais se enquadrava o segmento dos servidores públicos.

O fato de vivermos numa ditadura militar apenas facilitava para que este discurso classista e reacionário em suas bases confundisse parte da população como um discurso de contestação e, portanto, aparentemente de “oposição”. Boito Jr. (*A Hegemonia neoliberal no Governo Lula*, Crítica Marxista, n. 17, 2006) usa muito apropriadamente o conceito de “populismo regressivo” para caracterizar este caráter camaleônico do discurso neoliberal em nosso país.

A negativa de auxílio para a rolagem da dívida do município do Rio de Janeiro, que se tornou um dos principais detonadores do colapso administrativo, pode ser caracterizada como parte de um primeiro compromisso, ainda que limitado, do Estado brasileiro e sua burocracia com o ideário neoliberal, ainda que decorrente dos acordos de rolagem da dívida externa pública, rotineiramente realizados no período⁵.

⁵De seu lado, o governo federal justificava sua posição de não socorrer o Rio de Janeiro, argumentando, e estas são palavras do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, “que não se administra por exceções”. O problema era que o governo federal,

O novo sindicalismo e as lutas dos trabalhadores da educação

É no momento em que começa a ocorrer a implantação do programa neoliberal nos países centrais capitalistas que se deu o processo organizacional sindical dos servidores públicos no Brasil combinado com o ressurgimento do movimento social a partir do final da década de 1970, abrindo o processo de superação do regime ditatorial reinante no país desde o Golpe militar de 1964.

Em relação ao processo de renovação das direções sindicais ocorridas a partir da década de 1970, precisamos contextualizar a década de 1980 como a década de fortalecimento e crescimento do chamado “*novo sindicalismo*”, que tinha como tônica um discurso bastante agressivo de ataque à estrutura sindical oficial, às ingerências do Estado nas negociações entre patrões e empregados, o recurso a ações de classe, como a greve e a relação com as bases sindicais.

Este novo sindicalismo também se destacaria, em seu início, durante as greves do final da década de 1970 por ter um discurso não só antiestatal, no sentido de combate ao intervencionismo do Estado nas relações entre patrões e trabalhadores, mas também como “apolítico”, combatendo o que entendia como sendo uma intervenção partidária no meio sindical, o que poderia ser entendido como um “eco” dos debates reflexivos ocorridos no período posterior ao golpe civil-militar, como, por exemplo, o papel político desempenhado pelo PCB dentro do movimento sindical até 1964.

De todas as tendências que existiam por dentro do movimento sindical no momento do golpe, mencionadas por Mattos (1998), a que mais sofreu a ação do novo regime foi a dos chamados sindicalistas “nacionalistas”, que agrupavam, de uma forma geral, comunistas, na ilegalidade, e trabalhistas de esquerda, que vinham num processo de expansão no meio sindical, a partir da retomada da unidade daqueles setores em 1958 até a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962.

O fato de esse setor ter sofrido um processo de alijamento dos sindicatos representou a subida de grupos comprometidos com a ditadura civil-militar e defensores, portanto, de uma nova forma de vinculação com o poder, agora sedimentado pela não utilização dos métodos da classe para reivindicar, defender um pretensão “apoliticismo” em contraposição à ideologização do período pré-64, de um sindicato-agência pública de assistência social. De uma forma geral, é contra esta nova categoria de dirigentes, que os chamados “novos sindicalistas” vão se contrapor.

A tese de Miranda (2011) segue na mesma trilha de Mattos, no sentido de demonstrar que já existe organização e luta antes do chamado “novo sindicalismo”, em que pese que fosse neste

ao socorrer o Rio de Janeiro, temia abrir um precedente considerado perigoso para as metas estabelecidas na sua política econômica que mais uma vez se propunha a enfrentar neste ano o problema do déficit público. “Se o Presidente atender à solicitação de Saturnino Braga, afirma o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique de Almeida Santos, no dia seguinte vai ter uma fila de quatro mil prefeitos batendo na porta do Palácio do Planalto, todos com falência decretada” (O Globo, 20/09/1988). (BURGOS, 1992, P. 83)

período histórico que a luta dos trabalhadores em educação ganhou mais destaque, em função de uma série de mudanças estruturais e conjunturais nesse período (MIRANDA, 2011, p. 23) .

Em primeiro lugar, antes de discorrermos sobre seu levantamento e análise de como este segmento da classe trabalhadora construiu sua organização classista, é importante destacar a discussão teórica que Miranda refaz a respeito da polêmica sobre a inserção ou não dos docentes, em particular, enquanto segmento da classe trabalhadora.

Esta polêmica se dá principalmente entre vários autores que se baseiam na visão althusseriana-estruturalista, que busca explicar a categoria de classe social a partir de uma dada relação com a estrutura econômica e com a relação com a produção. Para esta linha explicativa e analítica, os professores, ao se caracterizarem por um trabalho não manual e improdutivo, estariam inseridos nos setores de classe média, que para Poulantzas, constituiriam a “*nova pequena burguesia*”. Entre outras características destes setores estariam o fato de terem uma posição de comando sobre outros trabalhadores

Boito Jr.(1991) conclui, por exemplo, que o movimento sindical dos docentes se enquadraria no chamado “*sindicalismo de classe média*”, que buscaria muito mais através da luta sindical preservar uma determinada posição de destaque dentro da sociedade e seria marcado pelo valorização das capacidades individuais, sendo, portanto, um espaço aberto para a discussão da meritocracia, não se aproximando dos demais segmentos da classe e com uma tendência a uma visão reformista dos processos sociais.

A este tipo de reflexão Miranda (2011) contrapõe aquela defendida por Thompson, por exemplo, assim como Gramsci (2006, 2007), que busca destacar o caráter dinâmico da realidade, a própria evolução do modo de produção capitalista, com sua característica de contínua expansão e subsunção de esferas, regiões e segmentos populacionais à lógica do capital, e, com já foi dito, que a construção da classe se dá no seu próprio processo de luta por seus interesses dentro da sociedade capitalista.

Por esta análise as transformações da sociedade capitalista vem modificando de forma estrutural aqueles setores anteriormente organizados na área de serviços, particularmente os chamados serviços de escritório, administrativos, que eram detentores de alguns poderes decisórios e de uma relativa autonomia, em setores cada vez mais massificados e submetidos a uma relação de caráter assalariado e presos a um processo de automação dos trabalhos alienados de suas respectivas vontades.

No caso da educação, em especial, o advento da sociedade capitalista colocou como uma necessidade imperiosa para o funcionamento e expansão de tal modo de produção que a força de trabalho assalariada, em que pese, sua perda de autonomia e controle dos saberes da produção, em função do avanço contínuo da tecnologia empregada nos processos, tivesse que atingir determinado

nível de escolaridade. Miranda, destaca que, inclusive neste período neoliberal em que nos encontramos, a educação é o único direito social que se expande, malgrado de forma privatizada e precarizada.

No caso do magistério, esse processo hoje se refletiria na situação de que sua esmagadora maioria se encontra inserida no mundo do trabalho na situação de força de trabalho assalariada, tanto na iniciativa privada quanto nas esferas públicas, e sofre, com especial destaque, nas últimas décadas, não sem razão contemporâneas da expansão do modo de acumulação flexível, marcado pelos mecanismos da reestruturação produtiva e do modelo neoliberal, de um ataque cada vez mais profundo sobre os seus saberes e os procedimentos pedagógicos, sendo sua mais profunda evidência de perda de controle sobre seu ofício a expansão dos cursos de EAD (educação à distância) e, em especial no caso dos profissionais das redes públicas, as contínuas avaliações externas com reflexo nos ganhos salariais.

Como este processo está ainda longe de uma situação similar a que ocorre nos espaços fabris, onde a transposição para a situação de trabalho alienado do trabalhador se deu concomitante aos desenvolvimentos da Revolução Industrial, ou seja, no período do final do século XVIII para o XIX, Miranda apresenta e defende a caracterização desta etapa como sendo de uma *subsunção protorreal do trabalho docente ao capital* (2011, cap. IV.2.3). Esta situação demarcaria claramente a situação deste segmento de homens e mulheres como constituintes da classe trabalhadora.

No capítulo I de sua tese, “*A consolidação de Uma Força Política: os professores e o novo sindicalismo*”, primeiramente, Miranda faz todo um histórico do processo de organização do segmento docente, baseando em ampla bibliografia, ainda que ressalte que, em função das dimensões continentais de nosso país, toda a pesquisa sobre os trabalhadores da educação ainda se apresenta cheia de falhas e descontinuidades.

Pode-se recuar o início deste lento e descontínuo processo de organização e de luta reivindicativa ao final do século XIX e, deste período até as primeiras décadas do século passado, o que prevaleceu foram as associações de auxílio mútuo.

Miranda ressalta, a partir de alguns trabalhos estudados (Dal Rosso e Lúcio, Reses), que para estes pesquisadores a categoria docente padeceu de uma organização sindical tardia em função de alguns fatores, entre eles, Dal Rosso e Lúcio destacam:

- a) um de controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação e b) outro relacionado à concepção vocacional da educação

que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores.(DAL ROSSO, LUCIO⁶, 2004 apud MIRANDA, 2011, p.31)

Por sua vez, Reses coloca um conjunto maior de fatores para justificar a tese do sindicalismo tardio dos docentes, no caso específico das entidades do Rio de Janeiro:

1) Desorganização estrutural do ensino público e sua desvalorização pelo Estado; 2) Baixa densidade de professores até 1920; 3) Elitismo dos professores na primeira República; 4) Enquadramento sindical e,consequente, ausência de sindicalismo autônomo; 5) Limitação legal do Estado para a organização sindical no serviço público; 6) Ambiguidade da identidade social da profissão de professor; 7) Existência de vocação, missão ou dom para o exercício do magistério. .(RESES⁷, 2008, Apud MIRANDA, 2011, p.31)

A este tipo de análise, Miranda se contrapõe primeiramente destacando que através de várias pesquisas realizadas, o processo de organização dos docentes, em especial, no Rio de Janeiro, remontam ao Império, e, em se tratando do setor privado, desde 1931 passam a se organizar como sindicato. Em segundo lugar que, os mecanismos de controle institucional e estatal sobre a categoria, não só não diminuíram como vem aumentando no último período.

A questão da falta de um sindicalismo autônomo não poderia ser levantada como uma peculiaridade dos trabalhadores da área da educação, pois, de uma certa forma, as imbrincadas relações entre o movimento sindical e o Estado atravessam toda a história da formação da classe trabalhadora no Brasil e também Miranda (2011, p. 30) oportunamente nos lembra de que os servidores públicos de uma maneira geral só vieram a ter o direito de sindicalização a partir da promulgação da Constituição de 1988, mas, como perceberemos claramente no tocante ao SEPE-RJ, muitas das entidades surgidas ao longo do século XX já funcionavam,na realidade, como sindicato desde o final da década de 1970.

No caso específico do Rio de Janeiro, as primeiras experiências sindicais já ocorrem logo após as primeiras investidas do governo getulista no mundo do trabalho, uma delas dará origem ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) atual, e já se apresenta submetido à legislação sindical e outro, de perfil anarquista e que congregava todas as

⁶ DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, DF, ano XIV, nº 33, 2004.

⁷ RESES, Erlando. *De vocação para profissão: organização sindical e identidade social do professor*. Brasília: UNB, 2008 (Tese de Doutorado em Sociologia).

categorias de trabalhadores em educação, teve curta duração. Em paralelo, ela faz um histórico da evolução das relações de trabalho e da conceituação do próprio trabalho docente.

A própria legislação varguista foi a responsável por aprofundar uma segmentação importante no seio dos trabalhadores da educação. Além de sua concepção corporativa, a cisão entre trabalhadores da rede privada e os das redes públicas.

Em função desta distinção, os professores da rede pública se organizaram em associações e, no caso do Rio de Janeiro, no bojo do processo de queda do Estado Novo, surge a União dos Professores Estaduais (UPE), alterada logo depois para a União dos Professores Primários Estaduais (UPPE), representando os professores primários do antigo estado do Rio de Janeiro. Esta entidade se caracterizou desde o seu início pelo alinhamento aos governos estaduais e a uma plataforma assistencialista e, o Centro Estadual dos Professores (CEP), como entidade de caráter combativo, teve que forçosamente se contrapor a ela nos seus processos de lutas e reivindicações.

Porém, contraditoriamente, a UPPE teve papel ativo na organização de entidade similar no antigo Distrito Federal, a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPPDF), em 1948. Esta última entidade, na década de 1970, veio a se unificar a outras (entre elas a SEP, recém-fundada), constituindo o CEP.

Nas décadas de 1970 e 1980 a articulação dos servidores públicos ocorreu em torno de associações ou centros por categorias, que, burlando a legislação sindical vigente, a proibição de sindicalização, constituíram-se, na prática, numa nova rede de organizações sindicais independentes e combativas ou no revigoramento de antigas associações preexistentes. Neste processo histórico se incorpora a história da organização do SEPE/RJ.

A criação da Sociedade Estadual de professores (SEP), numa assembleia com 150 docentes, na Casa do Estudante Universitário, em junho de 1977, encontra-se no bojo da retomada da organização e mobilização de setores sociais, no caso de um setor médio urbano assalariado e componente dos quadros mais baixos da burocracia estatal.

Rio de Janeiro: cidade com história bem peculiar dentro da formação social brasileira.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que Saturnino Braga foi o primeiro prefeito eleito pelo voto popular da história da cidade do Rio de Janeiro. Para isso devemos lembrar o processo histórico particular dessa cidade que, de sede administrativa da colônia a partir de 1763, tornou-se a sede da corte portuguesa no Brasil; foi elevada à condição de Município Neutro em 1834; depois ao de Distrito Federal a partir da proclamação da República; em seguida, elevada à situação de cidade-estado (Guanabara) com a transferência da capital para Brasília em 1960, só se tornando um município após a fusão com o estado do Rio de Janeiro, em 1975, em um período do regime civil-militar no qual os prefeitos das capitais eram escolhidos pelos governadores.

Tal histórico marcou esse município com características muito particulares, como ressalta Burgos (1992), ao evidenciar a responsabilidade do governo municipal sobre uma série de serviços públicos que não condiziam com o padrão nacional dos demais municípios. O município do Rio, a partir da fusão de 1975, herdou toda a rede do então ensino de 1º grau, doze hospitais e duas maternidades do antigo estado da Guanabara; por outro lado, não tinha a responsabilidade sobre o fornecimento de outros serviços, como trânsito, água e esgoto (BURGOS, 1992, nota de rodapé 16, p. 37).

Mas se havia estas particularidades em relação ao recém-criado município do Rio de Janeiro, este não fugiu às circunstâncias que se tornaram comuns a todos os municípios brasileiros, em particular os que abrigavam as capitais e grandes cidades, decorrentes do rápido processo de concentração urbana da população brasileira a partir da década de 1930, quando se implantou no país o modelo de substituições de importações, extremamente acelerado no processo do chamado “Milagre Brasileiro” entre 1970 a 1974.

Na década de 1980, esses municípios depararam-se com um crescimento exponencial das demandas sociais oriundas de tais processos e que passam a ser mais reivindicados em função do início de ascenso das lutas sociais no processo de crise e término do regime civil-militar.

Reforçam tais tensões o fato de que, dentro do âmbito de distensão gradual encaminhado pela cúpula militar, os novos prefeitos, agora eleitos por voto direto a partir de 1985, sentiram com muito mais intensidade tais reivindicações exatamente por terem seus mandatos sufragados pelos cidadãos e não mais por escolhas arbitrárias de instâncias superiores.

Contudo, tais governantes viram-sediante de uma disjuntiva de difícil resolução, pois se defrontaram com um modelo tributário e financeiro marcado pela centralização e concentração de recursos nas mãos do governo federal⁸ e, ao mesmo tempo, com as consequências de uma desaceleração do processo de crescimento econômico, agravada por uma crescente taxa inflacionária e, sobretudo, pela aguda recessão que se abateu no país entre os anos de 1981 a 1983, impactando fortemente o ingresso dos recursos monetários advindos de impostos e taxas.

Tal situação levou a que os governos municipais das grandes cidades passassem a depender das transferências não tributárias e/ou de operações de crédito negociadas com o governo federal. Burgos ainda ressalta que outros elementos que contribuíram para esse processo de dependência financeira e subordinação política dos municípios ao governo federal foram a falta de transparência

⁸A partir das reformas implantadas na segunda metade da década de 1960, o governo federal concentrou grande parte das receitas e despesas em suas mãos, concentrando o poder de instituir tributos, destacadamente impostos como o IOF (impostos sobre operações financeiras) e o FINSOCIAL (fundo de investimento social), que não tinham nenhuma obrigação de transferência para as instâncias estaduais e municipais, como de interferir em impostos de competência estadual, como o ICM (Imposto sobre circulação de mercadorias), que tinha uma parte transferida para a esfera municipal. Tal situação obrigou os governos municipais a recorrer ao governo federal em busca de novos recursos financeiros e rolagens das dívidas. (BURGOS, 1992, p.7 e 8)

nos critérios de análise nos pedidos de empréstimos quanto também na imprecisão das atribuições de cada instância governamental nas prestações dos serviços públicos (BURGOS, 1992, p.9).

Com relação aos recursos não tributários, eles chegaram a representar, em 1987, 87,4% da receita municipal do país, sendo que um terço destes valores entre 1980 e 1987 correspondia aos repasses relativos à área da saúde (ibid., p. 21).

Outros expedientes para os prefeitos foram: a formação de dívidas flutuantes (de curto prazo), muitas vezes contratadas às custas do comprometimento da receita futura dos municípios, em geral as cotas-partes do ICM e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); acumulação de atrasos no pagamento aos fornecedores e empreiteiras; negociar com os bancos oficiais estaduais a antecipação de receitas; não recolher contribuições à Previdência Oficial, ao PIS/PASEP e ao FGTS. Por fim, uma alternativa foi aberta apenas para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: a colocação de títulos da dívida pública no mercado financeiro (ibid., p. 21).

Porém podemos dizer que todas as alternativas levaram a um quadro cada vez mais grave de insolvência financeira, da qual a prefeitura do Rio de Janeiro acabou se tornando o caso mais emblemático para a época.

Com relação à hipótese levantada na dissertação sobre o caráter *protoneoliberal* dos dois governos municipais, o de Saturnino Braga, finalizado no ano de 1988, e o de Marcello Alencar, que o sucedeu, podemos dizer que a pesquisa demonstrou sua veracidade, embora não se possa colocar as duas gestões como exatamente iguais.

O governo Saturnino Braga mostrou-se ainda muito hesitante, demonstrando, ao que parece, a própria hesitação da burguesia brasileira, em todas as suas frações e através de todos os seus intelectuais orgânicos e aparelhos hegemônicos quanto à adoção plena do modelo neoliberal, parecendo muitas vezes pelas ações (tentativa de programar uma ampliação das políticas sociais da prefeitura) e pelo discurso (ataque às investidas consideradas privatizantes ou antiestatais) se aproximar da capa de governos da esquerda europeia que existiram entre a década de 1970 a de 1980, numa tentativa desesperada de “salvar” o modelo keynesiano-fordista (Harvey, 2008, p.22).

Já o governo que o sucede, o de Marcello Alencar, deixa muito claro pela firmeza de suas ações que as ideias neoliberais de gestão do Estado se encontravam num patamar de absorção superior.

Mesmo que ainda todas as frações das classes dominantes e suas respectivas elites não estivessem totalmente ganhas para tal projeto, estavam unidas em evitar uma possível ruptura da ordem burguesa e acabavam por se submeter, ainda que parcialmente, aos objetivos últimos do pensamento neoliberal em processo de avanço e ascensão nos principais governos mundiais.

Foi uma luta do capital contra o trabalho. Uma luta de classes, Por um lado, travestida pela atuação fundamentalmente do aparato estatal - não sem antes ter sido apoiado pelas representações

dos aparelhos burgueses da sociedade civil (entidades patronais, meios de comunicação de massa). Por outro, confrontada heroicamente por uma fração da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro.

A classe dominante, em particular sua fração hegemônica, o setor financeiro, com a clareza histórica de sua posição e domínio utilizou-se dos diversos mecanismos a sua disposição para enfrentar a encurralar a fração da classe dominada que se insurgiu contra as medidas que, em último caso, representaram o ataque sobre suas condições de vida e trabalho.

Quando falamos de uma luta polarizada isso não deve escamotear as possíveis e reais divergências no campo da burguesia, que podemos ver representadas nos conflitos interburgueses expressados nos confrontos entre as diversas instâncias governamentais (municipal, estadual e federal).

Nem deve escamotear as divergências existentes entre os indivíduos e os diversos organismos e agremiações políticas (no caso, o prefeito Saturnino Braga, o órgão legislativo municipal, os partidos políticos envolvidos, em particular o PDT, os diversos ministros e dirigentes de órgãos públicos).

Não só isso ocorreu e ocorre diuturnamente na sociedade capitalista, quanto mais no momento histórico em questão, quando o país enfrentava a crise de um modelo econômico combinado com a transição de regime político e seu inegável reflexo na relação entre as classes, representada pelo forte ascenso de lutas da época.

A análise e descrição dos acontecimentos ao longo do tempo demonstram que conforme se alongava o enfrentamento, as alternativas para a crise e os posicionamentos foram se aglutinando até o golpe final, consubstanciado em primeiro lugar na derrota imposta no campo da Câmara de Vereadores e, em seguida, na ação cada vez mais organizada do aparato estatal para desmoralizar os servidores municipais e, em especial, os profissionais da educação.

A análise dos documentos, combinados com os trabalhos já produzidos - no caso, a dissertação de mestrado de Burgos (*A Falência da Prefeitura do Rio de Janeiro*, 1992) e a tese de doutorado de Miranda (*As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT* 2011), deixam entrever o quanto houve uma articulação “natural” das medidas legais preventivas do Estado burguês para garantir o pagamento contínuo do serviço da dívida⁹, enquanto podemos entrever que a mídia burguesa incitou ao isolamento da greve, em particular, quando a categoria dos profissionais da educação deliberou pela política de promoção automática¹⁰.

⁹ Os bloqueios feitos nas contas da prefeitura tinham o aval do Decreto-Lei nº 2.169/1984, que determinava que todos os compromissos financeiros externos de estados e municípios seriam honrados pelo Banco do Brasil, mas as contas dos governos devedores ficariam bloqueadas até que acertassem seu débito com o banco (BURGOS, 1992, p. 84)

¹⁰ No Brasil a discussão sobre a promoção automática ganha força depois da realização da Conferência Regional Latino Americana, realizada em Lima, no Peru, promovida pela UNESCO e pela OEA, em 1956 e foi recebida e absorvida por vários políticos e gestores. O sistema de aprovação automática era entendido como uma forma de se alcançar uma escola

Por um lado, sem sombra de dúvidas, as reformulações criadas no modelo tributário do país decorrentes da elaboração da nova Carta constitucional de 1988 favoreceram o incremento das receitas do município. Não só houve uma redistribuição dos impostos entre as instâncias de governo, com a criação do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustível (IVVC), de incumbência municipal, em substituição ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis (IULC), quanto a passagem do ITBI para a esfera municipal e a ampliação da cota-parte do ICMS para os municípios e a redução do prazo de repasse.

Os dois primeiros impostos significaram um aumento de 16% do total arrecadado pelo município e 3,4% da receita total (BURGOS, 1992, p. 47). As mudanças relativas ao ICMS representaram uma elevação de 42% nas “transferências estaduais” em relação a 1988 (ibid., p. 48).

Fora isso a prefeitura acabou favorecida por toda a política de modernização e aprimoramento da máquina arrecadadora do município levada a cabo durante a gestão Saturnino Braga e pelo empréstimo referente às obras de prevenção de enchentes, só liberadas no primeiro ano de gestão do novo prefeito.

Além disso, a prefeitura passou a poder reajustar mensalmente as UNIFs relativas ao IPTU e ao ISS e a oferecer o estímulo ao pagamento da cota única do IPTU até 20 de fevereiro, o que permitiu que a prefeitura arrecadasse o equivalente a 50% da receita de NCz\$ 240 milhões prevista para esse imposto e aplicasse tais recursos no mercado financeiro ao longo do ano (ibid., p. 88).

Afora que, em função dos dispositivos legais criados para se garantir o pagamento das dívidas financeiras, o novo prefeito contou com uma expressiva queda de 79% nas despesas com os encargos da dívida interna e externa do município em relação ao ano anterior, ainda que as amortizações tenham crescido 49% em relação a 1987 (BURGOS, 1992, p. 49).

Por fim, o novo prefeito obteve a autorização do governo federal para emitir Letras do Tesouro Municipal no valor total de Cz\$ 15 bilhões para o fim de amortizar dívidas de curto prazo (ibid., p. 88).

Por outro lado, a imposição de uma derrota à greve do funcionalismo significou concretamente uma economia no tocante às despesas municipais. As despesas com pessoal se mantiveram no mesmo nível do ano anterior, que tinha sido o mais baixo entre os três últimos

menos seletiva e que superasse os altos índices de repetência e evasão. Entre os educadores, tanto Leite quanto Almeida Júnior defenderam tal sistema, porém colocando uma série de ressalvas e exigências para que tal mecanismo não fosse mal empregado.

A discussão levou à realização de experiências com ciclos e progressões continuadas em várias redes estaduais entre 1960 a 1984 (SP, MG, SC e RJ), em um período que na maioria dos casos coincidiu com a implantação do regime civil-militar, o que se ajusta com a política mais geral levada por este regime em relação à educação. (baseado em FREITAS, Marcus Cezar de & BICCAS, Maurilane de Souza, *História social da educação no Brasil (1926-1996): Biblioteca básica da história da educação brasileira*. São Paulo. Cortez Editora, 2009.).

O fato de que tal proposta seja votada no bojo de uma greve de trabalhadores da educação demonstra que uma proposta pode ter sua essência transmutada em função da conjuntura em que é inserida, deixando de ser uma orientação dentro da ordem, para resultar em contestação a ela.

exercícios. Além disso, as denúncias feitas pelo movimento grevista deixam claro que os contínuos atrasos nos pagamentos levaram a que no ano de 1988, a prefeitura só tenha pagado 11 meses, conseguindo assim uma “economia”, no mínimo de Cz\$ 8 bilhões.

Burgos exemplifica esta “espetacular” recuperação financeira da prefeitura com números muito expressivos. Segundo ele, a receita passa de Cr\$ 59.607 em 1988 para Cr\$ 123.915 em 1989, ou seja, com uma variação positiva de 107,8%. A despesa, no entanto, passa de Cr\$ 92.779 para Cr\$ 108.319, numa variação de 16,8% (ibid., p.48).

Ocorre uma mudança importante no perfil dos gastos da prefeitura, pois o item de educação e cultura perde sua posição de principal consumidora dos recursos para o de habitação e urbanismo, cujas atividades-fim são quase todas realizadas por empresas e autarquias de administração indireta ou por empreiteiras contratadas pela Prefeitura (ibid., p. 58).

Outro dado é que os itens administração e planejamento e educação e cultura têm uma queda de 16,7% e 16%, respectivamente, o item saúde e saneamento tem um crescimento de apenas 7,4%, enquanto o item habitação e urbanismo cresce 91%. Houve um crescimento notável no item investimentos, elevando-se de um montante de Cr\$ 9.702 em 1988 para Cr\$ 23.806 em 1989, sendo que 67,2% deste total foram consumidos no subitem “investimentos em obras e instalações” (ibid., p. 49 e 56).

Toda esta demonstração dos resultados financeiros da prefeitura e de seu novo enfoque de ação, demonstram a vitória do Estado sobre um dos dois pilares fundamentais da luta dos profissionais da educação e de todos os servidores, a luta pela recomposição de seus salários.

A política do governo Marcello Alencar de investir em obras, assim como a de dar reajustes e outros benefícios de forma diferenciada aos diversos segmentos do funcionalismo, podem ser vistos como ações renunciadoras do projeto neoliberal em nosso país.

Na primeira questão denuncia o redirecionamento do Estado, enquanto um fundo público, para o atendimento das demandas por investimento por parte da burguesia. Nesse caso a nova administração que se implanta na cidade se aproxima, em parte, da caracterização que Harvey faz da nova gestão da cidade de Nova York, após sua recuperação financeira: “A administração da cidade passou a ser concebida cada vez mais como entidade empreendedora, em vez de social democrática ou mesmo administrativa” (HARVEY, 2008, p.57).

Na segunda, há um ensaio de toda a discussão que será materializada no período FHC quanto à reforma administrativa do Estado e a definição das carreiras de Estado, que constituiriam um núcleo burocrático ou estratégico, no qual constariam as áreas jurídica e fazendária, por exemplo (SGUISSARDI & SILVA, 2001, p. 28-33).

Outro pilar fundamental da greve, nesse caso específico dos profissionais da educação, remete a uma discussão ainda mais profunda: ao processo de subsunção real do trabalho ao capital.

Partindo da caracterização de que o setor da educação vive um processo de contínuas tentativas por parte da burguesia de conseguir o controle absoluto dos processos que caracterizam o trabalho docente, podendo ser caracterizado o atual momento como de uma *subsunção protorreal do trabalho docente ao capital* (MIRANDA, 2011, p. 325-327), podemos avaliar o posicionamento da categoria em assembleia ao tentar retirar do Estado o controle sobre o calendário e os mecanismos de aprovação, como uma resistência da categoria a tal controle.

Ela buscou tomar para si a decisão final do que se faria entre um ano letivo e o seguinte. Nota-se que ela o faz de forma coletiva, em um processo de discussão no seu fórum privilegiado, enquanto um segmento da classe trabalhadora, elaborando e deliberando tal posicionamento a partir do exercício de uma democracia direta e não como uma posição individualizada, como um profissional pequeno burguês.

Podemos dizer que a categoria pagou caro por essa ousadia. A ameaça da perda de controle por parte da Secretaria Municipal da Educação e de todo o Estado diante de tal proposta resultou em uma posição inclemente contra a categoria, tendo como coadjutor a imprensa burguesa a induzir na população o repúdio tanto à proposta quanto ao movimento grevista que a defendia, que foi elaborada historicamente como uma alternativa de resolução dos problemas educacionais do chamado “Terceiro Mundo” por organismos internacionais.

Por último, o mais importante: ao percebermos que essa greve teve como uma verdade oculta a disputa pela destinação dos recursos públicos do Estado, podemos avaliar que faltou a compreensão profunda por parte dos demais segmentos da classe trabalhadora, como mínimo do município, da necessidade de tomar aquela luta como sua.

Mas, se levarmos em consideração as dificuldades que a classe trabalhadora tem em sua luta cotidiana para se libertar dos horizontes ideológicos construídos historicamente pela classe dominante (Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*. 2011, p. 67), combinadas à construção do pensamento corporativista junto à classe em nosso país desde a instauração da legislação sindical na década de 1930, podemos compreender a dificuldade de se perceber a real magnitude da luta enfrentada pelo segmento dos servidores municipais.

Os servidores municipais, em particular, os profissionais da educação, lutaram bravamente e, a partir de sua direção sindical consubstanciada no comando de greve e na direção do sindicato, buscaram usar das mais variadas formas de mobilização, incluindo a aliança episódica nas diversas manifestações de luta unitária do período. Contudo, isso não foi o bastante e podemos compreender, pelos limites históricos e políticos do período, que aquilo que seria o necessário, uma luta unitária de toda a classe em defesa dos serviços públicos e dos seus servidores, não foi alcançado.

Como todas as lutas travadas pela classe, seja em suas vitórias ou, especialmente em suas derrotas, os ensinamentos devem ser apreendidos para um novo momento à frente. A consecução da

dissertaçãofoino sentido de tentar esse objetivo. Parafraseando uma canção popular podemos dizer que “você venceram essa batalha, quanto a guerra, vamos ver” (O reggae, Legião Urbana, 1984).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- ARQUIVO JORNAL DO BRASIL. <http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>.
- BOITO JR, Armando. A Hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 17. Brasiliense, 2006.
- BOITO JR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann. *A “Falência” da prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992. 94 p. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Rio de Janeiro, 2012. 247 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro Zahar editores, 1975b.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.3: Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- III internacional: manifesto, teses e resoluções do 2º congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989. Volume 2.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASSON, Máximo A. Santos. *Magistério e Sindicalismo. a trajetória do centro dos professores do rio de janeiro*. Rio de janeiro, 1988. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de janeiro (1985/1988)*. Rio de Janeiro: Vício da leitura, 1998.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MENDONÇA, Sonia Regina & FONTES, Virgínia Maria, *História do Brasil Recente 1964 – 19*. 2. ed. Ática, São Paulo, 1991.
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói, 2011, tese (doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense.
- SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JR., João dos Reis. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.